
POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Intervenção de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, perante os Auditores do Curso de Defesa Nacional (CDN 96), efectuada no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa, em 9 de Maio de 1996.

Sumário:

O programa do Governo em matéria de Defesa Nacional e, consequentemente, a política de Defesa Nacional, constituem a base da presente intervenção, que foi pormenorizada com as orientações que o Ministro pretende continuar a imprimir a essa política. Os objectivos da Defesa Nacional ultrapassam os limites das fronteiras do Estado, tendo em conta, nomeadamente, a participação de Portugal na NATO, na UEO e na União Europeia, contribuindo, na prática, para a definição de uma *Arquitectura Europeia de Segurança e Defesa*.

Reorganizar e modernizar as Forças Armadas, e definir um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, por um lado, e manter a cooperação técnico-militar com os Países Lusófonos, por outro, constituem também objectivos a cumprir.

António Vitorino

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

1. Num magnífico exercício de síntese, e até de sintaxe, o Presidente Lincoln proferiu o seu famoso discurso de Gettysburg em apenas três minutos. Com menos de trezentas palavras, ele redefiniu a natureza da guerra civil que então assolava os Estados Unidos, transformando-a numa cruzada por um renascer da liberdade.

Dado que não posso de forma alguma equiparar-me ao Presidente Lincoln, nem como político, nem como orador, e dado também que não pretendo que com esta minha intervenção se faça História, sinto-me à vontade para ultrapassar o limite dos três minutos, razão pela qual vos peço, desde já, desculpa.

2. Nos princípios de Janeiro fui convidado a falar num seminário no Ministério dos Negócios Estrangeiros. E comecei a minha intervenção de então a fazer três promessas. Duas delas – a de que não iria analisar as atribuições e competências do Ministério da Defesa, nem as estruturas das nossas Forças Armadas; e a de que não iria esmiuçar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional – são promessas que posso voltar a fazer aqui hoje. Quanto à terceira, a de não referir em pormenor o programa do Governo em matéria de Defesa Nacional, essa promessa, infelizmente para Vossas Ex.^{as}, é algo que não posso garantir-vos hoje.

Pois é justamente sobre *política de defesa nacional* que fui convidado a falar, isto é, da política que o Ministério que tenho a honra de dirigir tem seguido, assim como das orientações que pretendo continuar a imprimir a essa política. Parece-me constituir o tema mais indicado para o Curso de Defesa Nacional deste Instituto, a cuja Direcção gostaria de agradecer o convite que me foi feito para estar aqui hoje.

3. Quando se fala em *Defesa Nacional*, a maioria das pessoas tenderá a pensar estritamente em termos de independência nacional, integridade do território, e protecção das populações. Estes objectivos, se bem que, sem dúvida,

prioritários para a Defesa Nacional (embora não constituam exclusivo do Ministério da Defesa Nacional), não se esgotam, contudo, adentro dos limites das nossas fronteiras geográficas. A fronteira da soberania não se reduz mais às fronteiras do Estado. Para além de ter de preocupar-se, obviamente, numa perspectiva de política de carácter permanente e de natureza interministerial, com o estabelecimento e a consolidação de Forças Armadas eficazes e eficientes, capazes de actuar como instrumento da política externa do Estado, a Defesa Nacional tem de procurar também articular os vários componentes, externos e internos, onde a acção do Estado possa fazer sentir-se. Daí, portanto, que os vários vectores multilaterais onde Portugal se insere – nomeadamente a União Europeia, a Aliança Atlântica, e a União da Europa Ocidental – constituam *fora* privilegiados para se desenvolver e apurar as nossas políticas de defesa. Permitto-me, por isso, começar por abordar este ponto.

4. É já lugar-comum dizer-se que a *Europa* se encontra numa encruzilhada. O facto de ser um lugar-comum não lhe retira, todavia, a validade. Ele acaba até por ganhar mais relevância quando aplicado à Europa da segurança.

A NATO, a UEO e a União Europeia, cada uma à sua maneira, com maior ou menor rapidez, com maior ou menor empenho político, procuram fortalecer os laços entre si e contribuir para erguer aquilo a que se tem chamado de uma «arquitectura europeia de segurança e defesa» – (que aliás foi o tema de uma intervenção que aqui fiz no Instituto da Defesa Nacional, em Fevereiro último).

Na realidade, os anos que se seguiram à dissolução do bloco soviético, e em particular desde a Cimeira da Aliança Atlântica de Janeiro de 1994, vieram provar que, a haver um alicerce desta Europa da segurança, ele deverá ser justamente a NATO.

Não só porque a *natureza das ameaças* foi substancialmente alterada, mas também porque seria um puro idealismo pensar que isso conduziria a uma transformação substantiva da própria resposta. Pelo contrário. A existência de uma aliança entre estados livres e soberanos, baseada numa doutrina e numa cultura de cooperação militar, como é a NATO, continua a ser uma condição da liberdade e da segurança para cada um dos povos aliados. Aliás, as ameaças, por mais diluídas que se configurem, são ameaças «sem rosto», cuja caracterização exige uma redobrada atenção e um espírito de alerta.

É por isso que hoje, quando falamos de segurança e de defesa, falamos sobre realidades e ameaças que me fazem recordar quando, criança, tinha medo de estar no escuro. O escuro não mete medo por ser escuro; mete medo porque dá liberdade às asas da nossa imaginação, na configuração das ameaças que

podem estar por detrás dessa escuridão. E a natureza difusa e diluída das ameaças hoje em dia aconselha-nos a maior prudência e, também, a que consideremos as temáticas da segurança à luz de um conceito amplo.

Não se trata apenas agora de ameaças pré-figuradas por modelos ideológicos alternativos, mais ou menos agressivos. Trata-se, pelo contrário, de ameaças de natureza transnacional, que passam pelo crime organizado, pelos fundamentalismos e pelos nacionalismos agressivos, que passam pela existência de poderosas «mafias» ligadas ao tráfico de droga, de armamento, de materiais nucleares, que constituem um poderoso instrumento de ameaça à nossa segurança colectiva.

É por isso que as iniciativas ultimamente desenvolvidas pela Aliança Atlântica apenas reforçam a intenção que nos anima de reafirmar que a Aliança constitui uma pedra angular da nova arquitectura europeia de segurança e defesa. Este edifício em construção vai entretanto sendo desenvolvido por forma a comportar novos membros no seu seio, ao mesmo tempo que aprofunda as relações entre aqueles que nele coabitam há várias décadas.

5. O *alargamento da NATO* constitui, sejamos claros, um processo irreversível. Embora tenha havido algum abrandamento nos calendários que inicialmente eram desejados por alguns, creio que deverão estar já clarificados, no início de 1997, alguns dos factores que hoje ainda se debatem com um assinalável grau de indefinição. Saberemos então quem irá dirigir a Rússia e os Estados Unidos nos próximos anos, e poderemos ao mesmo tempo fazer um balanço final da colaboração desenvolvida na Bósnia entre a NATO e os potenciais candidatos à adesão à NATO, assim como entre a NATO e a Federação Russa. Todos estes dados ajudarão a levantar alguns dos principais obstáculos ideológicos ao alargamento ainda hoje existentes. E não será de afastar a hipótese de se realizar nova Cimeira da Aliança Atlântica onde se anuncie, com mais detalhe, as etapas seguintes deste processo.

- Cientes desta inevitabilidade, temos procurado, enquanto país, estreitar os laços, no campo da *cooperação militar*, com aqueles países considerados como primeiros na lista de espera para entrar na NATO. Se já tínhamos um acordo assinado com a Polónia, nada havia com os checos ou com os húngaros. Tive a oportunidade de me deslocar há duas semanas a Praga para assinar um Acordo de cooperação no domínio da defesa com a República Checa. Um acordo semelhante com a Hungria deverá ser assinado no princípio do Outono.

Apesar da distância geográfica que nos separa da Europa Central, temos uma experiência que nos permite identificar e até simpatizar com aqueles países,

nomeadamente no que respeita à libertação de décadas de ditadura e ao encetar de um processo de controlo civil e democrático das Forças Armadas.

6. Ao mesmo tempo que se promove o alargamento da Aliança, desenvolve-se também, e inelutavelmente, o seu *aprofundamento*. Aqui vários factores começam já a clarificar-se. Há poucas semanas chegou-se finalmente a um consenso quanto ao conceito de forças conjuntas e combinadas (CJTFS), o que permitirá dar-se um salto qualitativo na execução do novo tipo de missões para as quais a Aliança está a virar-se.

A recente decisão da França de se aproximar das estruturas militares da Aliança vem acelerar este processo, do qual também a Espanha decerto não quererá alhear-se. Mas para que este aprofundamento da NATO se consolide, será necessário que se proceda primeiro a importantes adaptações na estrutura interna da Organização, não só na sua parte civil como, sobretudo, na militar. Constitui objectivo prioritário da nossa política de defesa procurarmos que o resultado de todo este exercício de reestruturação da Aliança se concilie com os nossos interesses estratégicos específicos enquanto país independente.

E deveremos ser claros ao estabelecer como limite improrrogável deste processo a garantia da manutenção da capacidade operacional da estrutura militar integrada da Aliança, que foi o principal instrumento responsável pela paz na Europa durante os últimos cinquenta anos. Alargamento não pode significar diluição da NATO. Alargamento só pode significar aprofundamento da capacidade operacional da NATO. A reformulação da estrutura militar, face à aproximação iniciada pela França e pela Espanha, não pode significar menor capacidade da Aliança, quer para responder às missões de defesa colectiva (que constituem, sem dúvida, a sua vocação essencial), quer para responder a missões fora do Artigo 5.º do Tratado de Washington, como as missões humanitárias, de gestão de crises, de «peacekeeping», e mesmo de «peace-enforcement».

7. Neste capítulo não se poderá contornar uma *reestruturação dos comandos da NATO*, onde o interesse nacional é reflectido no objectivo de se manter em Oeiras um comando de nível intermédio. Trata-se de um processo onde queremos fazer valer a continuada importância que atribuímos à relação transatlântica e à vocação marítima do CINCIBERLANT. A elas se juntará a vontade política de dotar este Comando de uma real capacidade conjunta, tornando-o passível de ser considerado para futuras missões fora-da-área.

A cultura de comando do CINCIBERLANT, e a sofisticação dos meios técnicos de que dispõe, qualificam-no como um dos melhores comandos da NATO. Ao

abrirmos a perspectiva da sua própria transformação, tirando o melhor do conceito de forças conjuntas e combinadas, estamos a reafirmar não só a sua vocação atlântica, como inclusivamente a sublinhar as suas potencialidades, quando encaradas as garantias de segurança da zona do Magrebe.

8. Quando se fala em missões fora-da-área podemos pensar em eventuais operações atribuídas a um comando da *União da Europa Ocidental*. Acabo de regressar, juntamente com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, de uma reunião ministerial da UEO, no Reino Unido, onde foi patente o compasso-de-espera em que esta organização se encontra. Apesar das várias iniciativas em curso com o objectivo geral do tornar a UEO operacionalmente eficaz, objectivo que foi aliás lançado pela Presidência portuguesa da UEO há um ano atrás, a UEO encontra-se na posição desconfortável de não dominar totalmente os seus próprios destinos. Por um lado, depende politicamente da União Europeia. Pelo outro, depende da NATO para a disponibilização de meios que, evitando duplicações, lhe permitam actuar na gestão de crises. O seu futuro deriva, assim, e fundamentalmente, daquilo que vier a ser decidido primeiro naquelas outras duas organizações.

E não é credível pensarmos que a UEO possa, a curto prazo, assumir um protagonismo operacional que teria como pressuposto um esforço de investimento em matéria de defesa que está fora do horizonte das realidades macroeconómicas que regem os países membros da União da Europa Ocidental.

9. Daí que a nossa política de defesa deva preocupar-se especialmente com o próprio processo de aprofundamento da integração europeia, acompanhando de perto o desenvolvimento dos trabalhos da *Conferência Intergovernamental da União Europeia*.

Não vou aqui referir em pormenor tudo aquilo que está, e não estará, em jogo na CIG. Isso o fiz, aliás, aqui, em Fevereiro. Mas porque a Conferência ainda mal começou, e o grupo de representantes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros só agora começou a debater as questões relacionadas com o 2.º Pilar, o pilar da Política Externa e de Segurança Comum, permito-me recordar-vos os objectivos da nossa política de defesa neste exercício.

Na Conferência Intergovernamental iremos defender o aprofundamento da ligação entre a União Europeia e a UEO, que reforce esta como componente de defesa da União, mas sem prejuízo da sua articulação com a NATO. Daqui resulta que entendemos que nos próximos tempos, mesmo depois da revisão do Tratado

de Maastricht, a União da Europa Ocidental não deve perder a sua autonomia institucional.

Daí que pretendamos uma definição mais clara das relações entre as duas organizações, levando em consideração os parâmetros que já foram fixados em Maastricht quanto à necessidade de se erguer uma verdadeira identidade europeia de segurança e defesa e de se assumir acrescidas responsabilidades europeias na área da defesa.

Mas também aqui importa falar claro. Campeia em alguns países da União a tese da comunitarização integral do 2.º Pilar. Ou seja, de lhe retirar a natureza de pilar intergovernamental e de conferir aos órgãos da União atribuições e competências no domínio da segurança equiparáveis às das matérias hoje comunitarizadas e que constituem o 1.º Pilar. Não queremos ir por aí. Entendemos que o 2.º Pilar, o domínio da Política Externa e de Segurança Comum, deve continuar a assentar num acordo de natureza intorgovernamental.

A preservação desta natureza intergovernamental não impedirá que possam ser introduzidas alterações que agilizem e flexibilizem o processo de decisão no domínio da PESC, e que reforcem a identidade da Europa, enquanto portadora de uma política externa comum aos Estados membros.

É nesse contexto que se situa a simpatia, já manifestada por nós, para a existência de um «Senhor» ou de uma «Senhora PESC», que permita assumir o protagonismo das posições da União em termos de política externa; que faça a ligação entre a política externa e as políticas económicas externas comunitarizadas; que associe intimamente a política comercial externa da União aos valores fundamentais para a Europa, como seja a garantia dos direitos humanos, ou a garantia de que a liberalização das trocas não é cega a fenómenos de «dumping» social ou ambiental.

De igual modo já manifestámos a nossa simpatia por um processo de decisão assente na denominada «abstenção positiva», o que significa que, sem prejuízo da manutenção da regra do consenso no Conselho Europeu, na identificação clara de quais os interesses comuns da União, algumas acções concretas poderão ser prosseguidas, ainda que alguns Estados se abstenham no processo de decisões. Ponto incontornável é, todavia, o de que toda e qualquer decisão no âmbito da União Europeia que envolva o empenhamento de meios e forças militares tenha de contar sempre, e previamente, com o voto favorável de cada um dos Estados membros da União.

10. Deixei propositadamente para agora a referência à presente operação na *Bósnia-Herzegovina*. Não porque considere que o seu lugar é secundário nas

nossas preocupações (justamente o contrário), mas porque ela faz naturalmente uma ponte entre a acção multilateral da nossa política de defesa, e a sua vertente interna, nacional.

A relevância da presença do nosso Batalhão Aero-Transportado nas encostas ingratas do sudeste da Bósnia ultrapassa largamente a sua contribuição específica no contexto geral da missão da IFOR. Tenho várias vezes recordado que se trata da primeira vez em quase oitenta anos que forças portuguesas são deslocadas para um teatro europeu. Constitui por isso, e em termos de operacionalidade das nossas próprias Forças Armadas, um corte com o nosso passado recente. Deixámos finalmente de ser um exército construído e pensado em função de um período colonial que já passou, para passarmos a ser um exército da mentalidade e estrutura decididamente europeias. Apesar da nossa dimensão e posição geográfica, estamos a provar que podemos, e sabemos, assumir as nossas responsabilidades colectivas, quer no plano da capacidade operacional, quer no plano da especial capacidade de ligação com as populações da Bósnia-Herzegovina, numa posição de imparcialidade e neutralidade, e de colaboração com as autoridades civis.

Os riscos que assumimos ao enviar os nossos soldados para a Bósnia não se limitam nem à eventualidade de podermos sofrer baixas – como infelizmente já aconteceu – nem aos custos financeiros da operação. Os riscos vão mais longe. Estamos a pôr à prova uma estrutura de comando e controlo que há mais de vinte anos não era confrontada com situações reais. Estamos a projectar forças para um teatro que histórica, cultural e geograficamente nos é estranho, e que nada tem a ver com a experiência que as nossas forças viveram em África. Estamos a utilizar pela primeira vez unidades combatentes constituídas exclusivamente por voluntários e contratados. E, por fim, estamos a participar numa operação que à primeira vista nada parece ter directamente a ver com os interesses nacionais imediatos, mas cujo impacto na nossa política de defesa e na reestruturação das nossas Forças Armadas irá fazer sentir-se muito para além dos limites temporais desta operação.

Cumpramos aqui prestar uma homenagem à forma como a cadeia de comando e os nossos soldados têm sabido assumir esta pesada responsabilidade e este difícil desafio. E bem assim sublinhar que a estabilidade do continente europeu é um interesse vital de Portugal. A assumpção das nossas responsabilidades, enquanto parceiro credível da Aliança Atlântica, é também um interesse vital de Portugal, e é responsabilidade de cada portuguesa e de cada português pensar Portugal, não confinado às suas fronteiras mas, sim, em termos da sua projecção na comunidade internacional.

11. Isto leva-nos à *componente militar* da política de defesa nacional, onde os objectivos a perseguir serão os de reorganizar e modernizar as Forças Armadas, garantindo as condições para o emprego de uma força militar credível.

São várias as medidas que temos em preparação e que pretendemos implementar. Embora elas venham a ser discutidas e votadas na Assembleia da República, o Ministério da Defesa Nacional tem a obrigação de preparar os seus anteprojectos, imprimindo-lhes o sentido político desejado.

É este o caso, por exemplo, da revisão da lei-quadro das *leis de programação militar*. Um dos objectivos gerais neste domínio é decerto o de se permitir um maior controlo, e eventualmente uma centralização, da aplicação dos meios financeiros disponíveis. A própria 2.^a Lei de Programação Militar, que será revista até ao final do ano, visará redefinir os investimentos em função dos novos objectivos estratégicos e do sistema de forças, dotando as Forças Armadas dos meios que lhes são indispensáveis, dentro dos constrangimentos financeiros que caracterizam a situação actual, e cujas razões são por todos sobejamento conhecidas.

A Programação Militar, por seu lado, abrange não apenas o custo dos equipamentos a adquirir, mas também os investimentos de suporte, e tem que ter em linha de conta a projecção financeira destes equipamentos no orçamento corrente de cada Ramo das Forças Armadas. Tudo isto sem pôr em causa as eventuais alterações ao sistema de forças que irão derivar tanto da evolução das Forças Armadas para um sistema alternativo ao do Serviço Militar Obrigatório, como da revisão da legislação regulamentadora da Lei do Serviço Militar, ou ainda da definição de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

12. Os anos de 1996 e 1997 caracterizam-se por um conjunto de debates no plano externo de que resultarão relevantes consequências para os grandes referenciais da nossa política de defesa nacional: tal como já referi a Conferência Intergovernamental da União Europeia, a reavaliação do papel da UEO face ao termo do prazo de vigência do Tratado de Bruxelas Modificado, a reestruturação dos comandos da NATO e as perspectivas do seu alargamento. Será por isso aconselhável que só no termo deste debate se proceda ao reajustamento, em conformidade, do *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Deverá entretanto procurar adaptar-se o Conceito Estratégico Militar ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional ainda vigente (e que data do início do 1994), e submeter a nova versão do CEM a ratificação do Conselho Superior de Defesa Nacional.

O dispositivo hoje existente tenderá assim a ser adaptado, face às exigências de missões de tipo novo e, também, face à evolução da forma de constitui-

ção do contingente geral. A par disto, há que atender à dignificação profissional da função militar, o que implicará a revisão do actual sistema de carreiras, incluindo o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação e de promoção.

13. Uma alteração do dispositivo tenderá também, e logicamente, a provocar alguns efeitos perversos. Na área das *indústrias de defesa*, por exemplo, uma variação quantitativa e qualitativa na procura de material bélico pelos diversos Ramos obriga-nos a repensar todo esse sector.

Haverá, assim, que racionalizar e concentrar meios. Haverá igualmente que gerar lucros ou, se se preferir, adaptar as indústrias às novas condições do mercado. O que não podemos é continuar a dar sucessivas injeções de capital a um sector que, por não ter manifestamente sabido acompanhar os tempos, constitui hoje um encargo muito difícil de justificar perante os contribuintes. A lógica no sector da defesa, à escala europeia, aponta, portanto, para fusões de grupos e, no que se refere a países de dimensão semelhante ao nosso, para a especialização em nichos de mercado. Seria fatal para a defesa dos nossos interesses a prazo ignorar as tendências que já se manifestam neste domínio.

Trata-se, assim, no domínio das indústrias de defesa, de apostar num novo conceito de gestão empresarial das unidades do sector, e de reconhecer que, mais do que indústrias de defesa, o que interessa a um país com a dimensão do nosso é ter indústrias de duplo uso, com uma componente de aplicações civil, e uma componente de aplicações militar, salvaguardada a natureza de especial segurança de que devam revestir-se as aplicações deste último tipo.

14. Encontram-se em fase final de elaboração três *projectos-lei*, importantes, que visam definir, o estatuto dos militares em missões de cooperação técnico-militar, o estatuto da representação externa no âmbito da defesa, e o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz. Esta legislação irá suprir algumas deficiências hoje existentes, que têm impedido uma correcta e justa projecção externa da nossa política de defesa.

Gostaria de referir também alguns aspectos que me parecem importantes e que representam os novos desafios da Defesa Nacional – aquilo a que poderia chamar-se as novas relações dos militares com o poder político. Vários vectores deverão aqui ser debatidos e perspectivados, nomeadamente: o associativismo e a representatividade dos militares na salvaguarda estrita da disciplina e da coesão inerente à Instituição militar; a participação da estrutura militar nas decisões fundamentais que lhe dizem respeito; e, naturalmente, a articulação

entre a legitimidade das decisões do poder político, e a sustentabilidade, em termos de opinião pública, da presença de militares em missões no estrangeiro.

15. Quero fazer ainda uma pequena referência a outras missões de interesse público atribuíveis às Forças Armadas. A elas cabe a defesa dos interesses nacionais no nosso espaço estratégico, o que inclui a vigilância da Zona Económica Exclusiva e do nosso espaço aéreo, assegurando a circulação nessas áreas, bem como as missões de busca e salvamento.

Por outro lado, as queatões ambientais fazem igualmente parte das nossas preocupações, não só na vertente de colaboração activa com outras entidades – nomeadamente na vigilância contra fogos, no ordenamento florestal, ou no combate às «marés negras» – como ainda, e sobretudo, na preocupação em se evitar a degradação do meio ambiente pelo quotidiano das grandes instalações militares.

16. Não posso deixar de reflectir alguns dos mais importantes aspectos das nossas *relações bilaterais* no domínio da defesa. Mencionei já os acordos com os PECO. Há que referir também o Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos, que está a ser activamente implementado.

Mas uma área onde será de salientar os nossos esforços é aquela dedicada à *cooperação técnico-militar* oom os países africanos lusófonos. Trata-se, também, de um campo de acção que ultrapassa os limites puros da Defesa Nacional, remetendo para o domínio interministerial de diálogo com aqueles países. E constitui igualmente um instrumento primordial da nossa política externa no domínio da cooperação.

Ao contribuírmos, de forma tão directa e intensa, para a organização das forças armadas dos PALOP, estamos também a valorizar os seus interesses nacionais. Estamos a consolidar a ideia de Instituição militar e do papel das Forças Armadas na coesão nacional, tão relevante para esses países porquanto este processo pode seguir-se a dilacerantes conflitos internos. E estamos a contribuir para a sua segurança e estabilidade, através da formação de Forças Armadas apartidárias e submetidas ao controlo democrático das instituições legitimadas.

Angola é decerto um espinho neste processo. É indiscutível que tem havido falhas e atrasos no cumprimento estrito do Protocolo de Lusaca. Isso não deverá levar-nos a retirar a confiança que continuamos a atribuir ao processo de paz em Angola. Devemos, por isso, continuar a criar as condições que permitam, finalmente, a constituição de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e a instauração de Forças Armadas únicas.

Sinal deste nosso compromisso, e da enorme importância que atribuímos às nossas relações como a República de Angola, é a recente reunião em Lisboa da Comissão Mista Luso-Angolana, ao nível sem precedentes de Primeiros-Ministros. Eu próprio tenciono deslocar-me em breve a Angola, estando prevista no decurso dessa deslocação a assinatura de um Acordo de Cooperação no domínio da defesa e militar, tendo em vista o apoio à consolidação das Forças Armadas únicas.

17. As minhas últimas palavras, permitam-me, são para o papel do *Instituto de Defesa Nacional*. Ao IDN deverá caber a importante tarefa de pensar as estratégias, de avisar as políticas, de preparar as decisões do Ministério da Defesa, ao mesmo tempo que sensibilizando a sociedade civil e reforçando a identidade e a consciência nacionais.

Tudo isto parte de uma reflexão sobre as principais questões teóricas que se colocam às relações internacionais no domínio da defesa e segurança, que permita às entidades que têm a competência e o dever de definir as políticas de defesa nacional dotarem-se da base científica indispensável à boa tomada de decisões. No capítulo, aliás, das novas missões (gestão de crises, humanitárias, de manutenção da paz), terá que caber ao IDN o papel relevante de segregar uma cultura e uma doutrina específicas da aplicação de meios militares portugueses neste tipo de operações.

Sendo as matérias de Defesa Nacional por natureza interdisciplinares, a articulação do IDN com o mundo universitário e científico é não só desejável como também imperiosa. O IDN conta entre os seus objectivos contribuir para a formação de uma consciência nacional de segurança e defesa, não só entre as camadas intelectuais, como também em outros sectores da população. Cabe-lhe assim um papel de relevo na promoção de programas de sensibilização com escolas de ensino secundário, oficiais e particulares.

O Instituto, na sua vertente de ensino, deve igualmente constituir um factor importante na formação dos oficiais das Forças Armadas. Ao longo das suas carreiras e conforme as disponibilidades dos Ramos, os nossos oficiais deverão ter a oportunidade de passar pelo Instituto e de frequentar não só o Curso de Defesa Nacional (cujo figurino deverá ser repensado), como também, e eventualmente, outros cursos avançados que contribuam para a sua formação em matérias de segurança e defesa.

18. Este é um dos domínios onde importa realçar o insubstituível contributo da Instituição militar para a coesão nacional. Para passar a mensagem assume

centralidade o papel dos *meios de comunicação social*. Apraz-me registar o aumento significativo do número de notícias sobre temas de defesa nacional, bem como o esforço de especialização dos jornalistas nesta área. Importa fazer deste interesse um instrumento também que permita levar mais longe, aos portugueses, não só os valores e os princípios da defesa da Pátria, como também o contributo das Forças Armadas para a nossa vida colectiva. E também aqui as Forças Armadas terão que se transformar. E terão que se habituar ao que é um novo escrutínio da opinião pública à sua existência interna e ao seu funcionamento.

19. Houve um político inglês dos anos sessenta que dizia que não se importava que as pessoas olhassem para o relógio quando ele discursava. O que na verdade o preocupava era que elas comesçassem a abanar os relógios julgando que eles tinham parado...

É pois verdade que os meus três minutos há muito se esgotaram...

Quando o Presidente Kennedy perguntou ao seu «speechwriter» Theodore Sorensen qual havia sido o segredo do discurso de Lincoln em Gettysburg, foi-lhe dito que a chave estivera na escolha cuidada de palavras curtas.

Eu, confesso, não tive hoje esse cuidado. A punição será não ficar para a História. Espero, todavia, ter-lhes traçado um quadro realista das tarefas que Portugal enfrenta no desenvolvimento e no enriquecimento da sua política de defesa nacional, e ter-lhes reafirmado a certeza de que essa política constitui uma área de consenso nacional a preservar e a aprofundar, por representar um dos instrumentos mais relevantes da afirmação da identidade de Portugal num mundo em profunda transformação.

António Vitorino